



LEI N° 1.743, DE 03 DE JULHO DE 2025

DISPÕE SOBRE APREENSÃO, GUARDA E DESTINAÇÃO DE ANIMAIS QUE PERMANEÇAM SOLTOS OU ABANDONADOS NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE EUCLIDES DA CUNHA/BA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE EUCLIDES DA CUNHA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **Art. 1º -** Fica proibida a permanência de animais de grande e médio porte, soltos e abandonados, nas vias e logradouros públicos, dificultando a circulação e tráfego de veículos, colocando em risco os pedestres, ciclistas, motoristas e motociclistas no perímetro urbano e rural do Municipio de Euclides da Cunha, Bahia.
- Art. 2º Em relação ao porte dos animais, são considerados:
- I Animais de grande porte: cavalos, éguas, burros, jumentos, mulas, bois, vacas, touros, bezerros, etc.;
- II Animais de médio porte: caprinos, ovinos, suínos, etc.
- **Art. 3º** A apreensão será feita pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ficando sob sua guarda e responsabilidade no prazo de 10 (dez) dias.
- **§1º** Os animais apreendidos serão recolhidos em local adequado para essa finalidade, e ficarão à disposição dos respectivos proprietários ou possuidores, que somente poderão resgatá-los dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, mediante o recolhimento dos custos com despesas de apreensão, guarda, tratamento médico-veterinário, medicação e alimentação de cada animal, sem prejuizo das multas previstas nesta lei.
- §2º O Município não terá qualquer responsabilidade por danos, roubos, furtos, fuga ou morte dos animais apreendidos, quando em cirscunstâncias alheias à sua vontade.
- §3º Não serão aceitos animais encaminhados ou trazidos diretamente por pessoas físicas ou jurídicas.





Estado da Bahia Prefeitura de Euclides da Cunha **Gabinete do Prefeito**

- §4º Não serão apreendidos os animais que circulam nas vias urbanas e rurais na ocasião das festividades ou atividades esportivas que preservam as tradições do Município, como vaquejadas e cavalgadas, desde que não estejam amarrados ou soltos nas praças e calçadas.
- **Art. 4º** No ato da apreensão, será feita inspeção visual do animal e aquele que apresentar aspecto doentio será apreendido, encaminhado e guardado separadamente dos de aspecto normal.
- **§1º** O animal que se apresentar com sinais de moléstia ou ferimento grave receberá assistência médica-veterinária.
- §2º Os custos com honorários médicos-veterinários e medicamentos aplicados serão, ao final, cobrados do proprietário ou do responsável pelo animal.
- **Art. 5º** No ato de apreensão será preenchida uma Ficha de Ocorrência, em 02 (duas) vias, onde se especificarão: a espécie do animal apreendido, suas características físicas, idade presumível, local e data de apreensão e assinatura do agente responsável pela ação.

Parágrafo único. No ato da apreensão e resgate, será preenchido um Formulário com os seguintes dados:

I - Nome Completo do dono;

II - RG e CPF do dono;

III - Hora e local da apreensão:

IV- Registro fotográfico ou vídeo:

- V Descrição completa do animal, tais como espécie e raça, sempre que possível, sexo, cor, e características gerais do animal.
- **Art. 6º** Após a apreensão dos animais pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, o servidor responsável notificará o respectivo proprietário, possibilitando-lhe a retomada do animal no prazo de 10 (dez) dias após cumpridas as exigências desta Lei.
- §1º Não sendo possível a perfeita identificação do responsável pelo animal, a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, dará publicidade à apreensão, por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município, possibilitando que o processo de retomada seja requerido na forma do caput por quem se identifique como possuidor.
- §2º A retomada do animal apreendido somente ocorrerá mediante a prova de sua posse que deverá ser feita através de prova idônea.



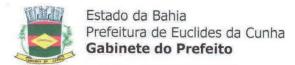


- **Art. 7º** Expirado o prazo de 10 (dez) dias, após a notificação ou publicidade da apreensão, os animais serão leiloados em hasta pública ou doação, conforme a conveniência da Administração Pública e desde que por ato devidamente motivado.
- Art. 8º Na segunda apreensão do animal o proprietário não terá mais direito ao resgate dentro do prazo de 10 (dez) dias. O animal será leiloado ou doado.

CAPÍTULO II DOS PROCEDIMENTOS E DAS MULTAS

- Art. 9º Os animais recolhidos terão a seguinte destinação:
- I Resgate pelo proprietário;
- II Leilão;
- III Doação
- **Art. 10°** O prazo máximo de guarda do animal pelo Município, para o efeito de sua liberação ao proprietário ou responsável, será de 10 (dez) dias, após o qual o animal será considerado abandonado, podendo o Município leiloar ou doar.
- Art. 11° Em caso de liberação, serão cobrados do proprietário ou responsável, por animal, independentemente de sua espécie:
- I Multa equivalente a R\$ 100,00 (cem reais) para animais de médio porte;
 II Multa equivalente a R\$200,00 (duzentos reais) para animais de grande porte;
- III Despesas efetuadas com guarda e alimentação, calculados em R\$ 30,00 (trinta reais) por día;
- IV Despesas com custo de transporte será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).
- **Parágrafo Único.** Os valores dos incisos I, II, III e IV deste artigo serão atualizados monetária e anualmente pelo IGPM Índice Geral de Preços de Mercado, sem prejuízo das demais sanções previstas na Legislação respectiva.
- Art. 12º Em nenhuma hipótese será permitida a retirada de animal sem o pagamento das taxas, diárias e ou multas previstas.
- Art. 13° O leilão do animal apreendido será precedido de avaliação pela

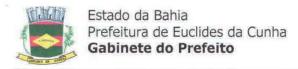




Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ou por servidor por esta designado, que lhe definirá o valor mínimo de arrematação.

- Art. 14° As pessoas que tiverem interesse em adotar um animal, deverão entrar com requerimento junto ao órgão competente.
- **Art. 15º** A liberação para a adoção será feita após avaliação e aprovação do órgão, e assinatura de um termo específico de responsabilidade do interessado.
- **Art. 16°** Nos casos de doação dos animais para terceiros o termo de encaminhamento contará as seguintes obrigações:
- I Ministra-lhes os cuidados de saúde e bem-estar animal necessários;
- II Não os exibir em eventos agropecuários, feiras, leilões, rodeios e outras aglomerações;
- III Não os utilizar como meio de tração;
- IV Não lhes explorar a força de trabalho;
- V Não os transferir a terceiros;
- VI Não permitir que esses animais retornem para áreas urbanas.
- **Art. 17º** Os órgãos responsáveis promoverão campanhas educativas para a divulgação desta Lei, objetivando conscientizar a população dos riscos da criação e circulação de animais em estado de soltura nas margens de rodovias federais, estaduais, municipais, vias urbanas e rurais.
- **Art. 18°** Em caso de o produto da venda em leilão não cobrir as despesas efetuadas pelo Municipio, inclusive o da multa respectiva, será inscrita em dívida ativa, para cobrança ao proprietário, quando este for conhecido.
- **Art. 19º** O proprietário, valor por valor, terá preferência na arrematação do animal leiloado, cujo valor arrematado não poderá ser inferior aos dos custos de transporte, guarda, alimentação, tratamento e multa.
- **Art. 20°** Os animais apreendidos ficarão à disposição dos proprietários ou de seus representantes legais, para resgate, cabendo ao Município o zelo e cuidado pelos animais até o respectivo resgate pelo dono ou até o respectivo processo administrativo.
- Parágrafo Único Para o resgate do animal apreendido o proprietário ou seu representante deverá adotar os seguintes procedimentos:
 - a) Preencher expediente de identificação que atesta a propriedade do





- animal apreendido na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- b) Solicitar no departamento competente, Setor de Tributos do Município, o DAM (Documento de Arrecadação Municipal) para pagamento da respectiva multa pela apreensão do animal;
- c) Efetuar o pagamento da multa e taxas na rede bancária credenciada;
- d) Apresentar na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos a guia de quitação da multa; e
- e) Retirar o animal no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas), a contar do pagamento da guia bancária, com a devida apresentação da quitação do débito.
- Art. 21° Perderá a posse dos animais o proprietário que:
- I Possuir animais com sinais evidentes de maus tratos e indícios de crueldade, cujo estado de precariedade for atestado por veterinário do Poder Executivo Municipal;
- II Possuir animais cadastrados e que não sejam resgatados após 10 (dez) dias do recebimento de notificação a contar da data da apreensão.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 22º** A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hídricos será responsável pela execução, fiscalização e aplicação da presente Lei, devendo os outros órgãos da administração prestarem auxílio quando solicitado.
- **Art. 23º** Em caso de falecimento de animais, cabe ao proprietário a disposição adequada do cadáver, e em caso de doenças infectocontagiosas, a sua notificação ao Departamento de Vigilância de Saúde Municipal e a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), na forma da legislação.
- **Art. 24°** O Município não responde por indenizações nos casos do óbito do animal ou de eventuais danos materiais, ferimentos, fraturas ou traumas causados ao animal durante o ato da apreensão.
- Parágrafo Único. Os atos danosos cometidos pelos animais são de inteira responsabilidade de seus proprietários.
- Art. 25° A realização de leilões ou a doação dos animais, bem como os casos omissos e não previstos nessa Lei serão regulamentadas por decreto





Estado da Bahia Prefeitura de Euclides da Cunha **Gabinete do Prefeito**

do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 26° - Os valores arrecadados com as multas e leilões serão destinados ao Fundo Municipal de Proteção e Bem-estar Animal, administrado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Hidricos, para aplicação em ações de cuidados, tratamentos, resgate de animais e manutenção dos animais apreendidos.

Art. 27° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE EUCLIDES DA CUNHA, 03 de julho de 2025.

Hildre telle by Silve

HELDER MACEDO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL